

MODERNIZAÇÃO RURAL: PONTOS E CONTRAPONTO COM A QUESTÃO URBANA

Wagner Muniz¹

Resumo

Mediante o processo de industrialização ocorrido no Brasil entre as décadas de 1960 a 1970, utilizou-se do setor agropecuário como uma estatal capitalista para compor as variáveis macroeconômicas. A atividade agropecuária foi alvo de políticas públicas específicas, muitas delas contraditórias, que desencadearam externalidades negativas ao meio rural, mas que são identificadas como questões referentes do espaço urbano. Assim, tendo em vista os fatores políticos e econômicos, este artigo visou analisar quais foram os problemas surgentes e como as políticas públicas adotadas contribuíram para o seu agravamento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Industrialização Rural. Desenvolvimento Territorial.

Introdução:

O processo de industrialização no Brasil ocorreu em um cenário internacional marcado pelas duas Grandes Guerras, que permitiram o surgimento dos EUA como economia líder mundial, e o *crash* da Bolsa de Nova Iorque (1929). Nesta mesma década, a industrialização brasileira foi iniciada sob a vigência de um pensamento, o qual acreditava que o desenvolvimento econômico e urbano seria alcançado juntamente com o crescimento industrial, ou seja, no ideário político da época, acreditava-se que o progresso e o desenvolvimento do País seriam alcançados com a industrialização.

Ao observar o desenrolar destas relações no território nacional, coube ao Brasil o papel de celeiro na divisão internacional do trabalho. Enquanto outros países mudaram sua curva de opções de exportações, o Brasil ainda se

¹ Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). E-mail: munizww@yahoo.com.br.

concentrava, principalmente, na produção de café, de fumo, de charque, e de outros insumos agrícolas. Todavia, a mudança no ideário político surgiu para pôr fim à ideia de atraso, e a industrialização foi a alternativa adotada para promover o progresso. Com isso, adotou-se o PSI (Processo de Substituição das Importações) e, posteriormente, medidas que possibilitaram a inserção do País no cenário econômico internacional, de modo que o setor agrícola se tornou componente da balança comercial e a modernização do setor, um catalisador para esse processo.

Sendo assim, o presente artigo visou a analisar como o processo de modernização do setor agropecuário, ocorrido entre as décadas de 1960-1970, gerou externalidades negativas ao meio rural, mas que são identificadas como questões referentes ao espaço urbano. Inicialmente, pretendeu-se realizar um breve panorama histórico da economia brasileira e o modelo ocorrente de sua industrialização. Em seguida, objetivou-se observar as medidas políticas instauradas pelos planos econômicos vigentes, que contribuíram especificamente para a modernização do setor agropecuário. Na seção seguinte, propôs-se exemplificar quais foram as principais externalidades negativas originadas pelo processo da industrialização do meio rural para, logo depois, apresentar as considerações finais.

2. Industrialização Brasileira entre 1960-1970: Panorama Histórico

Após as Grandes Guerras Mundiais e a Crise de 1929, criou-se uma nova situação para a economia brasileira, a qual teve o centro dinâmico das políticas de investimentos modificado, emanando um novo padrão de acumulação de capital favorável à indústria. Na década de 1930, foi iniciado o PSI (Processo de Substituição das Importações), o qual visava à substituição progressiva daquilo que era importado para atender às economias líderes. Sobre isso, CAIADO (2002) informa que:

Houve elevada expansão industrial em todo o período pós 1933 (...). As medidas de política econômica adotadas pelo governo, já a partir da década de 1930, foram fundamentais para o rápido crescimento industrial. Para isso, foi decisivo um conjunto de condições, entre as quais se destacam as políticas de apoio à substituição de importações e os investimentos estatais tanto em infraestrutura de energia e de transportes como na produção de bens intermediários.(p.6).

Contudo, foi a partir do Plano de Metas, implantado no governo JK (1956-1960), que a industrialização passou por transformações estruturais caracterizadas pela introdução de novos setores, articulada diretamente pelo Estado e de modo conservador². Os papéis do Estado foram os de agente produtivo (na criação, na expansão e na consolidação do setor), agente financeiro (na criação, na captação e na centralização dos créditos em longo prazo) e articulador de capitais. Seu papel também sustentou a permanência de um poder autoritário e excludente das camadas populares, além de formular e executar políticas que privilegiaram a economia urbano-industrial (DELGADO, 2005).

A expansão industrial brasileira acelerou a implantação do setor de bens de consumo durável e da indústria pesada. Um novo padrão de acumulação demarcou uma nova fase, e as características da expansão delinearam um amplo processo de industrialização. Nesse período, foram instaladas as indústrias automobilísticas, de construção naval, de material elétrico pesado, de máquinas e de equipamentos, o que possibilitou apreciável expansão das indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável, que lideraram o crescimento no período. Ao mesmo tempo, as indústrias produtoras de bens intermediários expandiram-se, como as de siderurgia, de papel e de celulose, de materiais não ferrosos, de química pesada e de petróleo (CAIADO, 2002). Contudo, o PSI foi-se exaurindo e a economia entrou em estagnação, a qual:

Agravada pelo processo inflacionário crescente que acompanhou o esforço de industrialização, pelo sentido desta industrialização (voltado para técnicas intensivas de capital e baixos índices de absorção de mão de obra), pelo aumento vertiginoso do setor público na economia e pela relativa estagnação do setor agrícola no País, do ponto de vista da produtividade (KON, 1994, p. 52).

De acordo com KON (1994), em 1963, foi publicado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que objetivava recuperar o ritmo de crescimento econômico observado no período anterior. Porém, a intenção em conciliar o tripé de crescimento, de repartição e de estabilidade na qual foi conflitante, e as medidas colocadas em prática levaram o plano ao fracasso.

² DELGADO (2005) informa que a industrialização brasileira nesse período foi conservadora no sentido que não rompeu com elites agrárias e se baseava na manutenção dos salários reduzidos.

Já, em 1964, o Regime Militar implantou o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) com ações voltadas para o período de 1964-1966. Tratava-se de um conjunto de reformas econômicas³, que permitiram a retomada do crescimento econômico ao contornar temporariamente os problemas de financiamento público e objetivava:

Combater o processo inflacionário, além de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assegurar uma política de investimentos que aumentasse as oportunidades de emprego produtivo e corrigir a tendência de déficits do balanço de pagamentos (KON, 1994, p. 52).

Após os investimentos realizados pelo referido regime, CAIADO (2002) informou que a economia brasileira adquiriu novo saldo de crescimento em 1967; este foi possível graças ao ciclo expansivo decorrente das reformas econômicas, das políticas fiscal e monetária mais flexíveis do segundo governo militar e das condições favoráveis do quadro internacional, quando foi publicado o Programa Estratégico de Desenvolvimento para o período de 1968-1970. Sobre este Programa, KON (1994) afirmou que seu objetivo era:

O fortalecimento da empresa privada, visando à aceleração do desenvolvimento econômico, concomitantemente à estabilização gradativa do comportamento dos preços, consolidação da infraestrutura pelo governo, expansão das oportunidades de emprego, fortalecimento e ampliação do mercado interno (p. 5).

Posteriormente, em 1971, foi implantado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND) para o período 1972-1974, que visava: o manutenção do nível global do PIB, o combate à inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos e a melhor repartição de renda. Com isso, entre 1971-1973, o desempenho do setor de bens de capital era devido à alta taxa de acumulação da indústria automobilística, à implantação dos programas estatais siderúrgicos, das telecomunicações, dos combustíveis e da petroquímica. Também foram importantes a modernização e a expansão de algumas indústrias de bens de consumo não duráveis, sobretudo: têxtil, editorial e gráfica e químico-farmacêutica.

³ CAIADO (2002, p. 9) informou que as principais medidas implementadas foram: lei do mercado de capitais - Lei das S/As (1965), reforma tributária (1966), reforma do Sistema Financeiro (1966), criação dos fundos para-fiscais: FGTS, PIS e PASEP, criação do BNH (1965), reestruturação dos preços e tarifas dos serviços industriais de utilidade pública, instituição da correção monetária e das ORTNs, alteração da Lei de remessa de lucros, novo sistema de incentivo às exportações e instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Todavia, na década de 1970, a crise internacional agravada com o primeiro Choque do Petróleo (1973) e as dificuldades em conseguir empréstimos internacionais colocou o Brasil em um quadro de recessão. Ainda de acordo com KON (1994, p.06), o aumento dos preços internacionais do petróleo *“teve como consequência uma crise internacional e reajustes nas economias mundiais, gerando uma série de novos condicionantes à política econômica que vinha sendo implantada no País”*, e, em 1975, iniciou-se a desaceleração, com queda da taxa de crescimento do produto. Dado isso, CAIADO (2002) afirmou que:

O governo optou por dar prosseguimento à industrialização através de novo programa de investimentos, apesar da fragilidade da balança comercial e da inflação. Por acreditar que a crise internacional provocada pelo primeiro “choque do petróleo” não interromperia o fluxo de investimentos externos e avaliando que a fragilidade estrutural da economia brasileira estava na reduzida dimensão da indústria de bens de produção, o governo planejou novo bloco de investimentos para substituir importações, reduzir as principais pressões sobre o balanço de pagamentos e possibilitar a continuação do alto crescimento econômico. Para tanto, foi formulado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, executado entre 1975 e 1979 (p. 12).

O II PND visava a um novo padrão de industrialização com a dinâmica econômica centrada na indústria de base, e consequentes redefinições da infraestrutura de suporte e do processo da integração nacional. O setor agropecuário também ocupava posição relevante no II PND e, como observado por CAIADO (2002, p. 15), as políticas do plano voltadas para o setor:

Estabelecia como objetivos prioritários elevar sua produção, reduzir os preços dos alimentos e “efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (II PND, 1974:41). Assim, complementar aos programas de colonização e de exploração econômica do Norte e Centro-Oeste estabelecidos no âmbito do PIN (Programa de Integração Nacional) e Proterra (Provale e Prodoeste), implementados no I PND, foram agregados: Programa de Polos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (Polamazônia); Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; Programa do Trópico Semiárido; Programa do Trópico Úmido, Programa dos Cerrados; etc. . (p.15, Grifo do autor)

Ainda de acordo com CAIADO (2002, p 16.), a proposta de ocupação do território nacional pelo governo militar era *“instrumentalizada com o discurso de integração nacional, desde o início dos anos 70, através da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia, foi, na verdade, grande instrumento de acomodação de*

pressões sociais, escamoteando a necessidade de uma reforma agrária no país”. Entretanto, a expansão da produção agrícola ocorreu destinada à grande propriedade capitalista, com modernização acelerada, propiciada pelo crédito institucional subsidiado (CAIADO, 2002).

Os efeitos das políticas de incentivo ao desenvolvimento regional que promoveram os investimentos em indústrias leves e de insumos, a expansão da fronteira agrícola, somados aos projetos de grande pujança (hidrelétricas, não ferrosos, siderúrgicas, químicos, petroquímicos, etc.) aceleraram o crescimento econômico e promoveram notável desconcentração produtiva regional. Isso permitiu que muitos investimentos e operações do II PND se estendessem, contribuindo para ampliar seus efeitos dinâmicos até a primeira metade dos anos 1980 (CANO, 2008).

Após a década de 1970, a agricultura brasileira passou por fortes mudanças agora impulsionadas pela acelerada urbanização, pelos incentivos governamentais à exportação e pela criação do Proálcool. Houve ainda a ampliação do trabalho assalariado, as mudanças estruturais na produtividade trabalhista e do rendimento da terra consolidando novo padrão de dinâmica na agricultura. Como informado por CAIADO (2002), o setor mais dinâmico foi o de grãos, de modo que a soja passou a ser a principal *commodity* agroexportável, representando 18% da produção nacional de grãos em 1970 (Tabela 1).

Desse modo, após analisar brevemente o panorama histórico do processo de industrialização brasileira e as principais políticas adotadas no período entre 1960-1970, foram analisadas, na seguinte seção, as principais políticas e os determinantes que contribuíram para a modernização da agricultura, tornando o setor agropecuário grande propulsor do processo de crescimento econômico do País.

Tabela 1. Produção Regional de Grãos (1) -1970-1985 (1.000 T).

Brasil, Regiões e Estados Selecionados	1970 (2)		1975		1980		1985 (3)	
	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja	Grãos	Soja
Brasil	36.251	6.444	41.703	9.666	47.680	13.468	56.315	15.717
Bahia	853	0	697	1	768	2	1.044	84
Goiás	2.263	94	2.494	74	3.409	374	4.418	1.111
Mato Grosso	1.461	205	1.970	290	1.340	123	2.688	1.542
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2.039	1.165	3.229	2.177
Minas Gerais	3.448	47	3.640	83	4.257	253	4.922	740
Paraná	7.825	1.958	10.529	3.571	12.806	4.794	12.739	3.711
Rio Grande do Sul	9.055	3.371	10.653	4.555	11.599	5.152	12.430	4.799
Santa Catarina	2.655	342	3.174	436	3.815	597	3.557	547
São Paulo	4.895	426	4.889	655	5.188	993	5.862	916
Rondônia	62	-	150	-	274	-	446	1
Maranhão	934	-	1.063	-	1.277	0	1.302	10
Centro-Oeste (4)	3.726	299	4.469	364	6.815	1.676	10.433	4.906
Sul	19.535	5.671	24.356	8.563	28.220	10.544	28.726	9.057
Demais Estados	2.798	0	2.440	0	881	0	3.579	3

Fonte: Caiado (2002, p. 22).

3. A Modernização do Agro Brasileiro: Principais Características

Como analisado no tópico anterior, no processo de industrialização do País, o governo vigente utilizou do setor produtivo agropecuário como um instrumento para o crescimento econômico, bem como para a integração do território nacional. Com esse intuito, DELGADO (2005) informou que, em novembro de 1964, foi criado o Estatuto da Terra, e foram adotadas medidas favoráveis para uma mudança fundiária conservadora no plano da ação econômica. Porém, a falta de sustentação política causou a supressão das intenções de mudanças na estrutura agrária, como informado pelo autor:

Em vez de reformar o latifúndio, era necessário implementar uma política de modernização da agricultura brasileira com o objetivo de transformá-lo numa grande empresa capitalista. Com a hegemonia política dessa visão sobre a agricultura no governo da ditadura militar, foi iniciada, no final da década de 1960, a política estatal que promoveria a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira na década de 1970. (p. 9).

Ainda baseado em DELGADO (2005), a modernização agrícola ocorreu caracterizada pela política estatal de crédito rural subsidiado, além da elevada participação do crédito rural na renda agrícola amparada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, como informado pelo autor:

A fatura do crédito agrícola esteve associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo (criação do BC e reforma do sistema financeiro nacional e principalmente pela conjuntura mundial favorável, marcada pela grande disponibilidade de recursos financeiros). Foi um período de grande crescimento do comércio internacional com melhora significativa dos termos de troca para a economia brasileira e com melhoria dos preços agrícolas para exportação (p. 9).

O estímulo dado para a exportação das *commodities* agrícolas contribuiu para a expansão da produção de soja no País, para o crédito subsidiado (concentrado no eixo Sul-Sudeste, depois ampliado para a Região Centro-Oeste e que privilegiava grandes produtores) e foi favorável aos produtos agrícolas destinados à exportação. Para CAIADO (2002), após 1965, as novas políticas de crédito rural e de incentivo às exportações agroindustriais aumentaram a concentração da propriedade e do êxodo rural devido às transformações estruturais no campo. Assim, as pressões sociais por transformação no campo foram acomodadas, tanto pela migração quanto pela expansão da fronteira agrícola. Alguns programas também foram implementados, como o PIN-PROTERRA (instrumentalizando o discurso de “integração nacional” por meio da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia) e a implantação de polos irrigados no Nordeste (CAIADO, 2002).

Outro fator importante para a modernização do campo refere-se à associação da internacionalização liderada pelas multinacionais, que ficou conhecida como *industrialização da agricultura* ou *revolução verde*, beneficiada pela conjuntura internacional favorável naquela década. Como informado por PALMEIRA (1999):

A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" [...] ou à "industrialização da agricultura" (p. 88).

Todavia, DELGADO (2005, p. 10) informa que “*para atores governamentais e empresariais, rural era sinônimo de agrícola, e desenvolvimento agrícola, por sua vez, era identificado com modernização da agricultura*”. Por isso, na medida em que maior foi a modernização do eixo Sul-Sudeste, mais intensa foi a expansão da mão de obra do campo. Já para as outras regiões brasileiras, eram destinados os projetos de desenvolvimento rural integrado levados à América Latina pelo Banco Mundial (BM).

Como a agricultura brasileira foi conduzida pela e para a indústria, o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação da divisão do trabalho e a globalização industrial estabeleceram os meios de comunicação. Com isso, o mercado mundial moderno que compõe a rápida circulação e a centralização dos capitais faz com que a agricultura perca sua capacidade de produzir empregos e ocupações (FERREIRA, 2002).

Desse modo, foi possível observar que o setor agropecuário foi utilizado como um setor estratégico para o crescimento industrial brasileiro, e, assim, o crescimento econômico desejado na época. Todavia, como abordado, esse processo possui uma série de críticas, dentre elas:

(I). A adoção do crédito rural subsidiado, que não criou uma política eficiente de preços.

(II). A concentração de recursos no eixo Sul-Sudeste, conseqüentemente, nas mãos dos grandes produtores, o que permitiu que as inovações e os investimentos também ficassem concentrados contribuindo para as diferenças da desigualdade de renda e da subordinação dos pequenos produtores aos grandes.

(III). O surgimento das multinacionais no setor e, conseqüentemente, a ditadura de suas ordens do que e como produzir.

(IV). A transformação da agricultura brasileira em uma grande indústria capitalista dependente dos fatores mercadológicos internacionais, e

(V). A promoção da produção de *commodities* agrícolas voltada para a exportação.

(VI). Perda da capacidade do meio rural em produzir empregos e ocupações.

Assim, além das referidas externalidades negativas causadas pela industrialização do setor ao meio rural, o mesmo sofreu mudanças estruturais e sociais que são identificadas como problemas de cunho urbano, os quais serão analisados na seguinte seção.

4. A Modernização do Rural e as Questões Urbanas

Como analisado anteriormente, as políticas adotadas para o meio rural se expressaram na implantação de um modelo produtivista da modernização agrícola, que adotou um sistema intensivo de produção integrado à economia de mercado, o que deixou os produtores agrícolas vulneráveis frente às transações econômicas. De modo geral, as ações tomadas nas décadas de 1960-1970 contribuíram significativamente para a industrialização e o desenvolvimento do setor agropecuário e, concomitantemente, para o surgimento dos percalços ao meio rural que se estendem aos dias atuais. Nas palavras de PALMEIRA (1999):

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (p. 89).

Não apenas isso, WANDERLEY (2000) informou que o processo de modernização da agricultura fez com que se reforçasse a dependência da produção agrícola aos insumos industriais. A autora também analisou que o processo das sociedades rurais tradicionais sofreu intenso processo de transformação, uma vez que perderam a relativa autonomia que possuíam e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade englobante, ou seja, a urbana.

Visto que as transformações de ordem econômica afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional *"e que se traduziram, especialmente, pela progressiva modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração deste setor aos mercados, inclusive e, sobretudo os mercados não locais"* (WANDERLEY, 2000, p. 93).

Nesse sentido, MARQUES (2002) analisou que a cidade tradicional foi destruída pela industrialização e houve aumento da população urbana mundial. Com a cidade cada vez mais industrial, as concentrações populacionais apresentaram-se em bairros proletários que abrigam populações expulsas do campo. A indústria também se instala fora da cidade, próxima aos recursos que necessita: fontes de energia, matéria-prima, mão de obra e, principalmente, terra. A terra, agora, se

tornou mercadoria, possui preço, e devido à falta de recursos para adquiri-la, por grande parte da sociedade, a segregação e a marginalização foi posta, seja no espaço urbano ou no rural. Como a autora observou:

A cidade em expansão prolifera e com seus subúrbios invade o campo [...]. O espaço rural estaria cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas (...). Neste contexto, o solo aparece convertido em mercadoria, o espaço se vende e se compra (...) (MARQUES, 2002, p. 12).

Fato é que a transformação da terra em mercadoria desencadeou mais efeitos negativos ao meio rural. Inicialmente, essa transformação permitiu que a especulação imobiliária fortalecesse a inviabilidade de surgir pequenas propriedades, o que levou a *“a desvinculação do trabalhador de suas condições de produção tradicionais, ao mesmo tempo em que impede sua reprodução social como agregado, morador ou colono”* (PALMEIRA, 1999, p. 92).

Como o desenvolvimento industrial ocorreu concentrado nos espaços urbanos, contribuiu para a reafirmação da estrita identificação da atividade agrícola ao meio rural, que se tornou sinônimo de local atrasado, isento de tecnologia e modernidade. Todavia, as interações existentes entre o espaço rural e a influência da cultura urbana se intensificaram, afetando o modo de vida tradicional da população local, que passaram a buscar novas tecnologias e o conforto produzido pelos itens da indústria disponibilizados na cidade.

Nesse sentido, a troca de relação entre urbano e rural trouxe a necessidade em assistir o campo com infraestrutura e serviços sociais básicos para desfrute de seus habitantes. Dentre eles: estradas, transporte, serviços de água e esgoto, energia elétrica, comunicação, educação, saúde, etc. Enfim, o que era restrito às cidades, agora, deve ser disponibilizado ao espaço rural.

Não apenas isso, mas, como mencionado, as políticas adotadas para o setor agropecuário vislumbraram o aumento da produção, tornaram os habitantes das áreas rurais marginalizados e, conseqüentemente, surgiram as mazelas sociais que, também são identificadas como questões restritas ao urbano: o aumento da violência, do desemprego, das péssimas condições de saúde, da educação, da habitação e da pobreza.

Outras mazelas consideradas urbanas, que adentraram o espaço rural juntamente com a industrialização e a modernização agrícola, foram os impactos ambientais. O espaço rural, tido como local possuidor de recursos naturais preservados, agora sofre com: a poluição, os impactos aos solos (contaminação por agrotóxicos, erosão, etc.), a contaminação dos recursos hídricos, os desmatamentos e a destruição de biodiversidade genética.

Outra questão observada por PALMEIRA (1999) foi que as políticas voltadas para as construções de grandes obras públicas (hidrelétricas, represas, barragens, rodovias, e outros empreendimentos estatais), além de contribuir para os impactos ambientais, *“provocaram o deslocamento forçado de milhares de famílias, a desativação de toda uma gama de atividades econômicas e alterações significativas na organização social das populações atingidas”* (PALMEIRA, 1999, p. 98); haja vista que essas obras também podem provocar a valorização de terras próximas, agravando os problemas de acesso à terra e especulação fundiária já mencionados.

Mais uma consequência da transformação da terra em mercadoria está relacionada aos deslocamentos populacionais de camponeses que ora preenche, ora esvazia o espaço rural de seus habitantes tradicionais. Apesar do aumento da oferta de emprego no campo, são características contratações instáveis⁴ e mal remuneradas, o que contribui para o êxodo rural e para o inchamento de outros municípios. Sobre isso, PALMEIRA (1999) explica que:

Provavelmente, esses deslocamentos de população têm acompanhado diferentes tipos de crises no setor agropecuário e os movimentos, nem sempre regulares, de crescimento das atividades econômicas nas cidades que, conjugados ou não àqueles, exercem alguma *atração* sobre determinados segmentos da população rural. O que há de novo no "êxodo rural" das décadas mais recentes é que, embutida nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. [...]. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de *contrato* tradicional que é liquidado. (p. 89).

⁴ BALSAN (2006, p. 137) analisa que: “Uma das consequências mais significativas da introdução de formas capitalistas de produção no campo tem sido a multiplicação do trabalho temporário e a dependência maior de formas esporádicas de trabalho entre categorias sociais como boias-frias e familiares não remunerados”.

Há também as políticas previdenciárias, a inadequação da legislação trabalhista para o campo, dentre outras políticas de seguridade comuns aos trabalhadores da indústria. Mesmo quando repassados aos trabalhadores do meio rural, ocorrem de modo díspar ou se dão de modo ineficiente. Para Balsan (2006), as possibilidades em receber benefícios trabalhistas oferecidos pela indústria contribuem para que o trabalhador rural seja atraído para as cidades, fortalecendo, conseqüentemente, os movimentos de êxodo rural.

Sendo assim, a industrialização do setor agropecuário levou à urbanização do rural e, em contrapartida, aos impasses para seu pleno desenvolvimento. A mudança da estrutura da propriedade rural causou efeitos perversos, principalmente, a transformação da terra em mercadoria. Fato este que desencadeou outras externalidades: a inviabilidade do acesso pelo trabalhador camponês tradicional à terra, o aumento das mazelas sociais no meio rural, a necessidade e a falta de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, os impactos ambientais, o êxodo rural e a ineficiência de políticas trabalhadoras e assistencialistas.

Considerações Finais

As mudanças nas diretrizes econômicas do Brasil tiveram como intuito inserir o País em um cenário econômico internacional de destaque e, para isso, adotaram-se novas medidas, a partir de 1930, promovendo a industrialização. Todavia, foi a partir da década de 1960 que os conseqüentes investimentos realizados na década de 1970 iniciaram o processo de modernização da agricultura originando uma série de transformações.

O setor agropecuário ganhou destaque pelo governo vigente que o tornou instrumento para compor as variáveis macroeconômicas, no estabelecimento do processo de industrialização e na integração do território brasileiro. Para isso, visou à produção para atendimento da exportação e foi adotada uma série de políticas creditícias subsidiadas concentradas nos eixos Sul-Sudeste/Centro-Oeste. Contudo, a modernização da agropecuária causou uma série de externalidades negativas, comuns ao espaço urbano, mas que embrenharam o espaço rural.

Desse modo, foi observado que a indústria criou entrelaçamento entre os espaços urbano e rural em busca dos recursos e insumos necessários. A industrialização que transformou a terra em mercadoria e, com isso, desencadeou a dependência do campo pelos insumos industriais; causou a expulsão dos camponeses e não absorveu a mão de obra disponível, o que levou aos processos migratórios para as cidades causando esvaziamento do meio rural. Houve também a segregação e a marginalização devido à impossibilidade em adquirir terras. E, por fim, a falta e/ou ineficiente disponibilidade de infraestrutura urbana, de equipamentos de saúde e de educação, além do aumento das mazelas sociais e dos impactos ambientais.

Sendo assim, as políticas voltadas para o setor rural não devem apenas privilegiar o aumento da produção agrícola e os grandes produtores. Se faz necessário pensar no pequeno produtor, seu acesso à terra, em oferta de equipamentos sociais básicos, com intuito de minimizar as mazelas sociais. A criação de indicadores sociais para o meio rural poderia contribuir na visualização das necessidades do campo e, assim, tomar medidas pontuais com maior eficiência. Além disso, os planos diretores, quando realizados para os municípios sede, poderia melhor articular os municípios de caráter rural que a ele pertence em suas políticas de zoneamento e ordenação territorial. Com isso, será possível diminuir os impactos ambientais, preservar os potenciais hídricos e naturais (caso possua) e, também, diminuir o êxodo rural.

Referencial Bibliográfico

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CAIADO, Aurilio Sergio Costa. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?** 2002. 290f Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campina, Campinas-SP, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000289890&fd=y>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CANO, Wilson. Desconcentração Produtiva regional no Brasil 1970-2005. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.2, p.429-432, ago, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a09v18n2.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf>. Acesso em: 23 jul 2016.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.18, p.28-46, out, 2002. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/207/203>>. Acesso em: 23 jul 2016.

KON. Anita. Quatro décadas de planejamento econômico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 49-61, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a05v34n3.pdf>>. Acesso em: 23 jul 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, jul-dez 2002, p. 95-112.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, 1999, p. 87-108. Disponível em: <<https://xa.yimg.com/.../O+conceito+de+espau00E7o+rural+em+questu00E3o+-+MARQUES.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades contemporâneas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, 2000, p. 87-146. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/178/174>>. Acesso em: 12 ago 2016.